



Índice

- 01** Conselho indigenista contesta decisão de reintegração de posse da Justiça Federal
- 02** Assistência em saúde primária terá prioridade
- 03** Licença ambiental ganha rapidez e mais transparência
- 04** Redução do déficit habitacional é prioridade de governo, afirma Reinaldo em Maracaju
- 05** Senado pode votar medidas para revitalizar o Rio São Francisco
- 06** Apesar de decisão favorável à demarcações, comunidade Pacurity está ameaçada de despejo no MS
- 07** Especial Ciganos: histórias de luta de um povo marginalizado
- 08** Aluna da pior escola, índia passa em dois vestibulares de medicina
- 09** Acusado por morte do cacique Marco Veron, foragido, se entrega ao MPF após 12 anos
- 10** MPF/RS promove audiência pública para debater projeto de Usina Hidrelétrica Garabi-Panambi
- 11** Indígenas de Rondônia usam tecnologia do Google Earth para preservar floresta
- 12** Bombeiros fazem buscas por homem desaparecido há 2 dias em rio no AC
- 13** Assentados gaúchos fornecem alimentos para grupo hospitalar



-
- 14** Mostra reúne acervo de quatro museus da USP
 - 15** Defensoria vai garantir direitos
 - 16** Município de Roraima co-oficializa línguas indígenas Macuxi e Wapixana
 - 17** Querem matar o restante do povo indígena brasileiro, por Jacques Távora Alfonsin
 - 18** MPF em Santa Rosa cobra paralisação dos projetos de implementação da usina hidrelétrica Panambi
 - 19** MPF contesta Funai e insiste na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos Munduruku
 - 20** No PA, mutirão da Defensoria atende a moradores atingidos por Belo Monte
 - 21** Seduc promove seminário para discutir novos rumos da Educação do Campo
 - 22** Regras eleitorais e intermediação de conflitos por terras indígenas e quilombolas são destaques da SGCS
 - 23** Lideranças indígenas destacam estreitamento de relações com governo
 - 24** Condenado por atear fogo e matar índio é aprovado em concurso da polícia no DF
 - 25** Biblioteca Francisco Meirelles inaugura painel sobre o homem amazônico
 - 26** Projeto São Francisco construirá casas para 98 famílias quilombolas

Conselho indigenista contesta decisão de reintegração de posse da Justiça Federal
SÍTIO CAPITAL NEWS, 22.01.2015



Indígenas estão na propriedade desde
a colonização do estado
Foto: Deurico/Arquivo Capital News

O Conselho Indigenista Missionário(Cimi), divulgou uma reportagem em que a instituição contesta uma decisão da Justiça Federal de reintegração de posse, na Fazenda São José em Dourados, onde desde a colonização do estado vivem famílias Guarani-Kaiowá. O texto foi encaminhado a diversos veículos de comunicação de Mato Grosso do Sul, nesta quinta-feira(22).

Na reportagem, o conselho afirma que "a reintegração parecia inconcebível para o grupo de cerca de 400 indígenas. As famílias, espremidas em 80 hectares entre o que sobrou de mata, a rodovia BR-463 e a plantação da fazenda, ocupam com seus barracos de lona um ínfimo espaço diante do horizonte de soja, onde tentam cultivar espécies como feijão, milho e mandioca."

Ainda de acordo com o texto do Cimi, a Justiça Federal em Dourados estaria sendo antagônica, já que em outra decisão divulgada no Diário Oficial do Ministério Público Federal no dia 19 de janeiro deste ano, determinou que a União demarque as terras indígenas em Mato Grosso do Sul e pague arrendamento aos fazendeiros que tenham áreas ocupadas por indígenas. Ao mesmo tempo, que concedeu ordem de reintegração de posse aos herdeiros de uma fazenda que incide sobre a comunidade Tekoha Pacurity.

Em contato com a assessoria do Ministério Público Federal, a reportagem do Capital News apurou que a reintegração de posse realmente foi determinada pela Justiça, porém segundo o texto do processo de número 0000002-93.2014.4.03.6002, a reintegração de posse só deve ser realizada desde que seja de maneira pacífica. Caso ocorra o contrário, a União deverá pagar arrendamento das terras ocupadas, pelo valor de mercado praticado nesta região, até que a desocupação seja ultimada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

Ainda em consulta ao processo, a reportagem do Capital News também teve acesso a informação de que a reintegração de posse só poderá ser realizada após um documento de resposta da Procuradoria Federal, União e do Ministério Público Federal sobre a atual situação na comunidade indígena e o proceder da reintegração, que deve ser manifestada no prazo de 10 dias.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News.

Assistência em saúde primária terá prioridade

SÍTIO SURGIU.COM, 22.01.2015



O Governo do Estado, através da Secretaria do Estado de Saúde (Sesau), quer priorizar a melhoria da Atenção Básica no Tocantins, rede responsável pela porta de entrada dos usuários no Sistema Único de Saúde (SUS). A garantia de se empenhar nessa tarefa foi dada pelo secretário estadual de Saúde, Samuel Bonilha, nesta quarta-feira, 21, durante encontro que reuniu prefeitos e secretários municipais de todo o Estado para discutir o panorama para 2015 do Programa Mais Médicos. O evento foi organizado em parceria com o Ministério da Saúde e Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (Cosems-TO).

Segundo Bonilha, nos próximos anos esforços serão empregados na organização da rede de Atenção Básica. "É com essa vontade de acertar que o Governo do Estado se coloca à disposição. Dentro daquilo que for preciso fazer, nós vamos fazer, para que os municípios tenham resolução", garantiu o secretário.

Para isso, Bonilha sinalizou sua intenção de reunir-se com todos os secretários municipais de Saúde. "Precisamos conversar, precisamos dar atenção para essa rede. Ela tem que funcionar, cada um fazendo seu papel, porque senão os hospitais se transformam num estrangulamento", ressaltou.

O secretário ainda garantiu que irá trabalhar para viabilizar os repasses que são de competência estadual que foram deixados por outras gestões e cuja dívida já soma R\$ 30 milhões.

Mais Médicos

"Quantos municípios não têm condições de pagar mais de R\$ 20 mil, além de encargos, por mês para manter um médico? Em termos de Sistema Único de Saúde (SUS), esse programa é um dos mais importantes. Eu estou pensando agora no Estado como um todo. Para mim, a Atenção Básica é e vai ser no Estado a atenção especial", garantiu Bonilha.

O prefeito de Colinas do Tocantins, José Santana, explicou que a adesão ao programa em 2013 permitiu ao município manter mais profissionais atendendo a comunidade. "Traz a

CONT.



tranquilidade do ponto de vista financeiro, porque o custo é menor para o município e nós não precisamos dividir um médico para mais de uma equipe de saúde. O Mais Médicos vem suprir essa deficiência. Dá a segurança de que a unidade de saúde vai ter sempre um profissional à disposição, permite montar uma estratégia de servir aos interesses na prevenção da saúde da família e manter um médico sempre próximo à comunidade”, acrescentou Santana.

O programa do Governo Federal já beneficia 70 municípios tocantinenses e lançou novo edital para que mais 16 municípios no Tocantins pleiteiem a adesão ou manifestem interesse em receber mais profissionais. Atualmente no Tocantins, são 132 profissionais, sendo 19 brasileiros e 113 cubanos, dentre eles, Oscar Castilho, que chegou ao Tocantins em março de 2014. Castillo avaliou como enriquecedora a vivência da medicina atendendo comunidades indígenas de Formoso do Araguaia. Ele é um dos médicos que atualmente atendem cerca de 9.500 indígenas nos cinco Distritos Especiais Sanitários (DSEI).

Atenção Básica

Com 89% de cobertura populacional pelo Programa Saúde da Família (PSF), o Tocantins já alcançou posição de destaque, tendo a maior cobertura dentro da Região Norte do Brasil, conforme ressaltou a diretora de Atenção Primária da Sesau, Marudney César Rodrigues.

Segundo Marudney, com mais adesões ao programa, a expectativa é que os resultados positivos se reflitam por toda rede estadual. “Com a chegada dos médicos no município de Santa Maria do Tocantins, por exemplo, que estava sem médico com foco de trabalhar a atenção básica, a situação melhorou muito, pois o município saiu de um indicador de 29% de internações de pacientes por causas sensíveis em 2008 para 17% em 2014. Com base nisso, para a Sesau, o programa tem um significado enorme”, reforçou a diretora.

SESAU.

Foto: Juliana Matos.

Licença ambiental ganha rapidez e mais transparência

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 22.01.2015

*A simplificação reduzirá, por exemplo, o prazo da primeira análise técnica dos documentos
Prazo da primeira análise técnica dos documentos cairá de seis meses para oito dias até março*



Sedam quer reduzir prazo de análise para até oito dias

A Secretaria do Desenvolvimento Ambiental concluirá até março toda a normatização do processo administrativo e 100% da informatização do sistema de emissão de licenças ambientais. Com a simplificação das ações, o empreendedor que deu entrada no pedido de licenciamento poderá acessar o projeto em tempo real e acompanhar todas as etapas nas Coordenadorias Técnicas da Sedam.

A simplificação reduzirá, por exemplo, o prazo da primeira análise técnica dos documentos dos atuais seis meses previstos na legislação para até oito dias. A informatização de todas as ações da Sedam dará maior rapidez e transparências aos serviços prestados à população. "Não significa dizer que seja esse o prazo para emissão de uma licença ambiental", disse o secretário Vilson Machado.

16 mil pedidos

A Coordenadoria de Empreendimentos onde tramitam atualmente 16 mil pedidos de licença ambiental nos mais diferentes ramos de empreendimentos é a unidade que maior reforço de pessoal receberá com a contratação dos novos técnicos.

A contratação dos técnicos aprovados em concurso público reforçará o trabalho em outras Coordenadorias da Sedam na capital e municípios do interior.

CONT.



A maioria dos projetos em tramitação nos ramos de extração de minério, piscicultura, laticínios, frigoríficos, curtumes, construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e de aterros sanitários. A Sedam licenciou nos últimos quatro anos 4.234 empreendimentos de piscicultura.

Dois tipos de empreendimentos, no entanto, são obrigados a apresentar com antecedência o Estudo de Impacto Ambiental dos projetos, chamado de EIA, e transformado em seguida em Relatório de Impacto Ambiental (REIA) numa linguagem mais acessível para a população.

Anteriormente, os empreendimentos eram licenciados e depois ampliados sem novos estudos, causando impactos ao meio ambiente, pois as alterações nas plantas os empreendimentos passavam da classificação de baixo para médio impacto como já aconteceu em Rolim de Moura.

O secretário explicou que todas as metas são traçadas em reuniões conjuntas com o corpo técnico, e amparadas em recomendações do próprio governador Confúcio Moura. O objetivo é também valorizar os servidores e dar condições a Sedam para que atue como órgão técnico responsável pela gestão da política de desenvolvimento sustentável do Estado.

125 mil propriedades

A normatização dos procedimentos administrativos, prevista para ser concluída em março, não gera despesas ao Estado, pois a mão de obra é maior parte da mão de obra utilizada é de servidores e todos são incentivados a participar do programa que visa dotar a Sedam de todos os meios técnicos para atuar de forma mais rápida e transparente.

Dentre as outras metas anunciadas para o ano de 2015, na terça-feira (18), também estão o cadastramento ambiental de mais 125 mil propriedades rurais, a 2ª aproximação do zoneamento socioeconômico-ecológico, descentralização da gestão ambiental com os municípios, recursos hídricos e resíduos sólidos oriundos do setor madeireiro.

A informatização do processo de licenciamento é desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação (TI), e no prazo de 15 dias, está prevista a implantação do "Protocolo web". Outra ação de curto prazo que ajudará no acompanhamento e trâmite de documentos em tempo real, eliminando por meio de "check list" os riscos de possíveis perdas ou falta de documentos obrigatórios no licenciamento.

Zoneamento Socioeconômico

A 2ª aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia é outra prioridade para este ano. O objetivo é detalhar os estudos entre as potencialidades e limitações ecológicas, econômicas e sociais pelo controle das atividades antrópicas atuais e

CONT.



futuras via sugestões de medidas preventivas e corretivas que possam assegurar a qualidade ambiental.

O zoneamento será detalhado em temas e não por zonas, seguindo a vocação econômica de cada macrorregião. Para a realização do trabalho, o BNDES repassou ao Estado a primeira parcela de R\$ 11 milhões do total de R\$ 32 milhões solicitados à instituição financeira. O polo ceramista de Cacoal, por exemplo, será consolidado, pois é um dos temáticos em funcionamento.

A Superintendência de Licitações (Supel) foi informada do repasse e providenciou os termos de referência para abertura de licitação e compra de 17 camionetes, capacitação de servidores e capacitação da população do entorno das unidades de conservação.

Os novos estudos indicarão onde os empreendimentos deverão ser instalados e as imagens de satélite mostrarão as áreas mais aproximadas, a partir de estudos de base cartográfica desenvolvidos em conjunto com o Exército, no Laboratório de Base Cartográfica.

O secretário disse que os polos de desenvolvimento sustentável existentes serão consolidados e irão surgir novas regiões para expansão das atividades sustentáveis. As unidades de conservação serão preservadas, pois foram compromissos de Rondônia e BNDES, desde a assinatura dos programas Polonoroeste e Planaflores. "Qualquer descumprimento das cláusulas podem resultar em quebra de contrato com o governo brasileiro", alerta Machado.

Política indígena

A criação da Coordenadoria de Povos Indígenas em 2014 está trabalhando em todas as demandas apresentadas pelas várias etnias de Rondônia. Tudo está sendo encaminhado, de acordo com Vilson Machado, para atender às reivindicações e a Sedam irá analisar projetos de licenciamento de empreendimentos nas reservas, nos planos de manejo florestal, minério e sequestro de carbono.

A meta é definir a vocação de cada etnia e trabalhar com empreendimentos sustentáveis nas comunidades indígenas. "A Sedam vai atuar na orientação e na emissão das licenças".

A fiscalização é realizada pela Coordenadoria de Fiscalização, antiga Coordenadoria de Fiscalização e Proteção Ambiental, juntamente com o Batalhão de Policiamento Ambiental.

A Sedam não é responsável pela emissão de autorização para garimpagem de ouro no Rio Madeira. Segundo Vilson Machado, as duas operações deflagradas recentemente pela Polícia Federal para retirar garimpeiros da Área de Proteção Ambiental, trecho da Hidrelétrica de Santo Antônio à curva do Belmont, estavam planejadas antes da audiência de representantes dos garimpeiros com o governo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

A Sedam atua para não permitir o comprometimento da navegação com a permanência dos garimpeiros na APA, além do uso do mercúrio que polui e desequilibra a cadeia alimentar impedindo a reprodução de peixes da região.



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

Redução do déficit habitacional é prioridade de governo, afirma Reinaldo em Maracaju

SÍTIO PANTANAL NEWS, 22.01.2015

Campo Grande (MS) – A redução do déficit habitacional de Mato Grosso do Sul, hoje estimado em 80 mil moradias, será uma das prioridades do atual governo, garantiu o governador Reinaldo Azambuja esta manhã (21) em Maracaju, durante a assinatura de contrato para a construção de 23 casas que beneficiarão a comunidade quilombola São Miguel.

De acordo com o governador, a missão da Secretaria de Estado de Habitação (Sehab) é a de atingir a faixa das pessoas mais necessitadas e comunidades mais vulneráveis socialmente. A tarefa, segundo ele, não será fácil, já que o crédito habitacional perdeu força este ano. Por isso os projetos devem buscar diferentes fontes de financiamento.

Acompanhado da secretária de Habitação de Mato Grosso do Sul, Maria do Carmo Avesani Lopez e do gerente regional da Caixa Econômica Federal, Marcio Nunes Fonseca, Reinaldo usou como exemplo o município de Maracaju, que hoje possui déficit de 1.250 unidades habitacionais. Os investimentos devem ser diversificados e contínuos, acompanhando a evolução da população do Estado.

Também participou da solenidade o presidente da Associação da Comunidade Quilombola Colônia São Miguel, Antonio Borges dos Santos.

Com informações de Bruno Chaves.



Senado pode votar medidas para revitalizar o Rio São Francisco

SÍTIO CENÁRIOMT, 22.01.2015

Está em estudo no Senado um projeto de lei que reúne medidas para a revitalização do Rio São Francisco e para assegurar atividades que dependem das águas dessa bacia hidrográfica (PLS 345/2014).

A proposta visa evitar que voltem a ocorrer situações que ganharam espaço no noticiário no ano passado, quando a principal nascente do São Francisco secou e o volume de água do rio chegou a níveis alarmantes.

Preocupado com a situação, o senador Kaká Andrade (PDT-SE) propôs um conjunto de medidas, reunidas em lei específica, para recuperar áreas degradadas, orientar a população sobre o uso sustentável do rio, combater a pesca predatória e proteger a biodiversidade.

A prioridade deverá ser a proteção das nascentes, das matas nas margens do rio e das veredas, como forma de elevar o volume de água e controlar a erosão em toda a bacia.

Também deve ser reforçada a fiscalização do uso dos recursos hídricos e para conter o desmatamento, coibir captações irregulares e impedir a expansão urbana em áreas de preservação permanente. Para que isso ocorra, deve ser estimulada a articulação de ações do município, estado e governo federal com os usuários das águas do rio e o Comitê de Bacia.

O autor sugere ainda a ampliação dos serviços de saneamento básico e a integração de bacias hidrográficas próximas à bacia do São Francisco. Também devem ser fomentadas ações para a reabilitação da atividade pesqueira, com incentivos para a profissionalização de pescadores e a criação de cooperativas e associações desses profissionais.

Vazão e repovoamento

A proposta também determina a possibilidade de adoção, após estudos técnicos, da vazão ecológica, de forma a reproduzir as condições semelhantes às de cheias naturais, essenciais à reprodução das espécies aquáticas.

Estabelece ainda que sejam criados nos reservatórios de água, públicos ou privados, sistemas de transposição de peixes, para que cardumes consigam ultrapassar obstáculos à sua migração, de forma a manter seu ciclo reprodutivo.

Para reservatórios já existentes que não consigam instalar sistema de transposição de peixes, o projeto sugere o repovoamento pesqueiro, ou seja, a soltura de peixes, em épocas e locais adequados.

CONT.



Incentivos

O poder público poderá incentivar o pagamento por serviços ambientais às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas que contribuam para a produção de água na bacia hidrográfica do São Francisco e para o aumento da oferta de recursos pesqueiros.

Também poderão ser criadas linhas de crédito destinadas aos pescadores artesanais e às suas cooperativas e associações. Outra medida de incentivo deverá ser a ampliação da compra do pescado pelos órgãos públicos, para utilização na alimentação escolar.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação de relator. Depois, seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será votado em decisão terminativa.



Apesar de decisão favorável à demarcações, comunidade Pacurity está ameaçada de despejo no MS

SÍTIO BRASIL DE FATO, 22.01.2015

Uma decisão de integração de posse aconteceu no mesmo momento em que a Justiça decretou que a União teria que demarcar as terras reivindicadas no estado

Da Redação

Um decisão da Justiça de Dourados, firmada na última segunda-feira (19), deu ordem de reintegração de posse aos proprietários de uma fazenda que está sobre a comunidade Pacurity, no Mato Grosso do Sul. A mesma região faz parte da Terra Indígena denominada Dourados-Peguá, com demarcação prevista na Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou com o Ministério Público Federal (MPF) em 2007. O TAC foi executado judicialmente também nessa segunda, obrigando a União a demarcar de uma vez por todas as terras indígenas reivindicadas no estado. Ambas as decisões foram tomadas na mesma subseção e tendem a dificultar ainda mais o impasse.

A decisão de reintegração atinge cerca de 400 índios Guarani-Kaiowá que vivem em cerca de 80 hectares entre o que sobrou da mata nativa e a BR 463 onde cultivam feijão, mandioca e milho e veem o horizonte ser tomado por imensas plantações de soja.

O processo alega que os indígenas que vivem na Fazenda São José são violentos, ameaçam o arrendatários e os impedem de plantar. Bonifácio Reginaldo, liderança indígena da região, lamenta que a comunidade não tenha sido ouvida.

"Estão decidindo pelo que os fazendeiros disseram lá no papel, mas ninguém conhece nossa história, que nossos antepassados nasceram e morreram aqui. Isso que eu queria explicar certinho pra juíza, queria que ela me ouvisse pra saber o mal que está fazendo. Essa terra é nossa e nunca saímos, nunca fomos atacar ninguém. Estamos aqui e sempre estivemos em paz", contou.

MPF

Em 2005, o MPF abriu inquérito para investigar o proprietário da fazenda Atílio Torraca, falecido em 2012, por conta de um incêndio criminoso que devastou a casa dos indígenas. Em 2013 foi constatado que um cemitério indígena havia sido destruído "a mando do arrendatário, que queria apagar as provas de que a terra era nossa", explicou Bonifácio.

Como a maioria das comunidades indígenas do estado, a Pacurity também sofre com a falta de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

direitos básicos. O único acesso a água potável é a partir de um córrego que corta a mata, mas que os agrotóxicos usados na plantação de soja da fazenda escorre para lá. "É perigoso usar a água, as crianças sofrem com diarreia, mas não temos outra opção", finalizou o líder.

Com informações do CIMI



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

Especial Ciganos: histórias de luta de um povo marginalizado

SÍTIO PORTAL EBC, 22.01.2015

Autora de grandes sucessos que relatam a história e cultura do povo cigano, Cristina da Costa, fala um pouco mais sobre suas obras

"Histórias de Flamenco e Outras Cenas Ciganas" é o 13º livro da escritora Cristina da Costa Pereira e o 7º sobre a etnia cigana. Seu último livro, "Qualquer Chão Leva ao Céu - A história do Menino e do Cigano", vem sendo adotado em várias escolas do Rio de Janeiro.

Em conversa com o Planeta Lilás, nesta quinta-feira (22), Cristina explicou a cultura do povo cigano e por que seus livros foram adotados nas escolas.

[Escute o áudio.](#)

Denise Viola e Rafaela Diniz.



Aluna da pior escola, índia passa em dois vestibulares de medicina

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 23.01.2015



(Foto: Caarapó News)

A guarani Dara Ramires Lemes, 19 anos, moradora na aldeia Tey Kuê, no município de Caarapó, a 283 km de Campo Grande, foi aprovada no vestibular para medicina em duas universidades públicas conhecidas em todo o país. A jovem índia que fez o ensino fundamental e o ensino médio na escola da própria aldeia foi aprovada na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), no Rio Grande do Sul, e na UFScar (Universidade Federal de São Carlos), interior de São Paulo.

Na universidade gaúcha, Dara disputou duas vagas com 121 pessoas e alcançou o primeiro lugar. Nesta semana ela ficou sabendo do resultado do vestibular da universidade de São Carlos, onde fez 32 pontos de 40 questões.

"Estou muito feliz, pois estudei de 8 a 10 horas por dia, durante um ano, para conquistar isso. Minha ficha ainda não caiu, mas acredito que só vai cair quando eu estiver lá na universidade", afirmou a jovem ao site Caarapó News.

A Escola Estadual Yvy Poty, na aldeia Tey Kuê, onde Dara lemes estudou, foi considerada a pior nota no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2014, com média 412,65. O resultado obtido por Dara, no entanto, comprova que o esforço pessoal dela ajudou a superar as dificuldades enfrentadas pelos demais alunos.

Dara alcançou 760 pontos na redação do Enem, o que mostra, segundo ela, que a escola tem professores capacitados. "Desde criança estudei na escola indígena, sempre fui esforçada e os professores nunca me negaram ajuda, sempre que tinha dúvidas eles me ajudavam, e hoje eu devo o resultado dos vestibulares a eles também, pois se não fosse a disponibilidade e paciência deles talvez eu não tivesse ficado em 1º lugar".

Na opinião da jovem guarani, uma escola não se faz com professores, mas sim com alunos dispostos a aprender. "Quando eu estudava lá, até durante as aulas vagas eu procurava os professores para tirar algumas dúvidas. E acredito que a escola apareceu com essa nota no Enem por que muitos alunos foram em um dia fazer a prova e no outro não apareceram", disse a estudante ao site de notícias de Caarapó.

CONT.



Ela decidiu cursar medicina na Universidade Federal de São Carlos e depois de formada quer voltar para a aldeia, para atender a comunidade. Segundo Dara Lemes, existe a necessidade de médicos que falam a língua guarani para atender os moradores da aldeia.

“Nós indígenas temos uma dificuldade muito grande de se comunicar com o branco e agora, para complicar mais ainda nossa dificuldade, vieram para a aldeia dois médicos cubanos participantes do programa ‘Mais Médicos’. Aí você pensa: se já é difícil nos comunicarmos com pessoas que falam o português, imagina com pessoas que falam uma língua mais diferente ainda”, disse ela.

Acusado por morte do cacique Marco Veron, foragido, se entrega ao MPF após 12 anos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2015

Homicídio de Marco Veron foi o único caso envolvendo morte de indígenas a ser levado a julgamento em MS



MPF/MS

Nivaldo Alves de Oliveira, denunciado pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul pela participação no homicídio do indígena guarani-kaiowá Marco Veron, em 2003, apresentou-se hoje pela manhã na Procuradoria da República em Dourados, acompanhado de advogado. Ele estava foragido há 12 anos, desde que teve prisão preventiva decretada. Nivaldo prestou depoimento no MPF e, como a ordem de prisão estava em aberto, ele foi encaminhado à carceragem da Polícia Federal em Dourados, onde ficará à disposição da Justiça Federal.

Nivaldo foi denunciado pelo MPF mas, foragido, teve o processo em relação a ele desmembrado e suspenso. Agora, o processo judicial poderá voltar a tramitar.

CONT.



Caso Veron

Acampados na Fazenda Brasília do Sul, em Juti, região sul do estado, na área reivindicada por eles como Tekohá Takuara, os kaiowá sofreram ataques nos dias 12 e 13 de janeiro de 2003, de um grupo de trinta a quarenta homens armados que foram contratados para agredí-los e expulsá-los daquelas terras.

No dia 12, um veículo dos indígenas com 2 mulheres, um rapaz de 14 anos e 3 crianças de 6, 7 e 11 anos foi perseguido por 8 km, sob tiros.

Na madrugada do dia 13, os agressores atacaram o acampamento a tiros. Sete índios foram sequestrados, amarrados na carroceria de uma camionete e levados para local distante da fazenda, onde passaram por sessão de tortura. Um dos filhos de Veron, Ládio, quase foi queimado vivo. A filha dele, Geisabel, grávida de sete meses, foi arrastada pelos cabelos e espancada. Marcos Veron, à época com 73 anos, foi agredido com socos, pontapés e coronhadas de espingarda na cabeça. Ele morreu por traumatismo craniano.

O julgamento dos réus Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos, Jorge Cristaldo Insabralde e Nivaldo Alves de Oliveira foi considerado histórico, por ser o primeiro envolvendo acusados pela morte de indígenas em MS. Os três réus foram condenados a 12 anos e 3 meses de prisão em regime fechado por sequestro, tortura e lesão corporal a seis indígenas, além de formação de quadrilha armada e fraude processual. Em outubro de 2008, o MPF ofereceu denúncia contra outras 24 pessoas por envolvimento no crime.

Outro ineditismo do caso foi o desaforamento, que é quando um julgamento é realizado fora do estado em que ocorreu o crime. O júri foi transferido de Dourados (MS) para São Paulo (SP) a pedido do MPF, por causa do preconceito contra os indígenas em MS, o que poderia influenciar no resultado do julgamento.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Marcelo Christovão.



Boletim de Notícias - Edição nº 13/ 2015

Brasília, 23 de janeiro de 2015.

MPF/RS promove audiência pública para debater projeto de Usina Hidrelétrica Garabi-Panambi

SÍTIO ISA, 23.01.2015

Fonte: MPF - <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/>

O Ministério Público Federal em Santa Rosa (MPF/RS) realizará audiência pública para discutir os impactos ambientais e sociais do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Garabi-Panambi. O objetivo é acompanhar os efeitos ao meio ambiente e na população a ser atingida pela provável instalação da usina.

O debate ocorrerá no dia 3 de fevereiro, no Salão de Festas Navegantes, na Rua Benvenuto Taffarel, em Porto Mauá. A procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt será a representante do MPF na audiência e coordenará os trabalhos.

Sobre o tema, serão ouvidos órgãos da administração pública, comunidade e instituições locais. As inscrições devem ser feitas pelo e-mail prsr-prm-sr@mpf.mp.br. Cidadãos presentes também poderão manifestar-se mediante inscrição no local. As participações observarão as regras detalhadas no edital de convocação que pode ser acessado pelo site.

Uma ação civil pública ambiental, com pedido de liminar, foi ajuizada pelo MPF em Santa Rosa em conjunto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás - exigindo a imediata paralisação do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica binacional (Tratado Internacional entre Brasil e Argentina, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 82, de 1982), cuja cota de inundação prevista (130 metros) implicará o comprometimento de zona intangível do Parque Estadual do Turvo, Unidade de Conservação de Proteção Integral.

http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-rs-promove-audiencia-publica-para-debater-projeto-de-usina-hidreletrica-garabi-panambi



Indígenas de Rondônia usam tecnologia do Google Earth para preservar floresta
SÍTIO ISA, 23.01.2015

Fonte: Portal Amazônia - <http://www.portalamazonia.com>

PORTO VELHO - Indígenas de 30 etnias de Rondônia, Pará, Mato Grosso e Amazonas estiveram reunidos em Cacoal para debater sobre a defesa de seus territórios com o uso de tecnologia. O encontro Tecnologias da Informação e Comunicação para Gestão de Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia terminou na quinta-feira (22), com a presença de representantes da empresa de tecnologia Google, dos Estados Unidos.

O objetivo principal do encontro é apresentar para as outras etnias indígenas, a parceria que o povo Paíter Suruí e o Google mantêm desde 2007 e apresentar resultados das experiências vividas pelos indígenas.

A parceria entre os indígenas da etnia Paíter Suruí e o Google começou quando o líder maior do povo procurou a empresa em 2007. Ao conhecer, por acaso, o Google Earth, Almir entendeu que esta seria uma ferramenta útil para monitorar o desmatamento de sua floresta.

E com este pensamento que Almir Suruí procurou o Google e propôs para a coordenadora do Google Earth, Rebecca Moore, uma troca: o Google forneceria aos Paíter Suruí a tecnologia para ser utilizada a favor da floresta e em contrapartida os indígenas forneceria ao Google o conhecimento da floresta. "O chefe Almir nos trouxe ideias concretas para uma parceria. Mostrou-nos, através da nossa própria ferramenta, que o Google Earth só tinha informações das grandes cidades, dos grandes centros. Não havia informação sobre essa parte da região amazônica (ocidental), parecia que ninguém morava ali, que os Suruí não existiam, e o Almir nos propôs reverter isso", destacou Rebecca.

Segundo Almir, quando a equipe do Google viu por satélite imagens da floresta preservada, mas cercada pelo desmatamento, impressionou-se. Na oportunidade, ele desafiou: "Vocês podem entender tudo de tecnologia, mas não entendem nada de floresta, por isso nós ensinamos vocês sobre as florestas e vocês nos ajudam a proteger as florestas com tecnologia".

População menor e desmatamento

Para Rebecca, conhecer a realidade Suruí, foi determinante para que a parceria fosse concretizada. "Almir nos ensinou toda a história do povo Suruí", contou. Referiu-se, por exemplo, à redução da população de cinco mil para trezentos indígenas; de como suas florestas estavam sendo desmatadas. Ele nos falou sobre a necessidade de controlar o

CONT.



desmatamento ilegal para ajudar a preservar sua terra e seu povo, por meio da tecnologia, do monitoramento e foi daí que surgiu a parceria".

Almir falou dos primeiros passos a serem dados para que a parceria desse certo. Segundo ele, a primeira atitude foi ensinar ao seu povo o que é tecnologia, para que serve, como usar e saber usar. "O primeiro passo foi ensinar ao nosso povo que tecnologia é bom, mas tem perigos. Compreender a tecnologia foi o primeiro passo para o bem comum do nosso povo".

Novas parcerias

O encontro em Cacoal permite ao Google conhecer e conferir os resultados dos primeiros anos desta parceria com os Suruís, e permite também apresentar aos indígenas de outras etnias, convidados para o encontro, a experiência dos Suruís. Com todas estas informações sendo discutidas, se torna possível traçar planos para estender a parceria do Google com outras etnias. "Gostaríamos de estender esta experiência para todos os povos indígenas que querem proteger seu povo com a ajuda da tecnologia. Mas nós não queríamos estender sem que antes pudéssemos ver os resultados desta experiência com os Suruís e este encontro é justamente para isso. Para discutirmos todo o projeto e traçar metas para expandi-lo", explicou Rebecca.

De acordo com a coordenadora do Google Earth, o objetivo é construir um plano de como integrar o máximo possível, dentro de todos os fatores limitantes que existem. "Por isso a importância deste encontro, para compartilharmos experiências, conhecimento".

Ao falar com os indígenas presentes ao encontro em Cacoal, Almir destacou os avanços que a parceria com o Google trouxe para o bem do meio ambiente. "Nós temos esta parceria, de uma nova visão, para que a tecnologia seja utilizada para o bem de nós, seres humanos. Esse trabalho tem significado o sucesso, o avanço de um povo. Cuidar da nossa terra, do nosso meio ambiente é a nossa missão", declarou Almir.

Rebecca ressaltou a grandiosidade do projeto. "Tem sido uma honra trabalhar com eles nestes sete anos e acompanhar o sucesso deste trabalho. Estamos aqui para aprender sobre essas conquistas e para escutar as demandas, as ideias dos Suruís. Eles constituem um povo pequeno, em número, mas estão sendo vistos e acompanhados pelo mundo inteiro, através desta parceria".

<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/meio-ambiente/indigenas-de-rondonia-usam-tecnologia-do-google-earth-para-preservar-floresta/?chash=a12c707a511ff855e6d0f2d088f0f861>

Bombeiros fazem buscas por homem desaparecido há 2 dias em rio no AC

SÍTIO SURGIU.COM, 23.01.2015



O Corpo de Bombeiros de Cruzeiro do Sul (AC) faz buscas para tentar localizar o ribeirinho Raimundo dos Santos, morador da Comunidade São Salvador, no município de Mâncio Lima (AC), desaparecido há dois dias no Rio Môa. O homem foi visto pela última vez por dois adolescentes enquanto tomava banho na margem do rio.

O Corpo de Bombeiros foi acionado às 18h de quarta-feira (21) para atender a ocorrência. De acordo com o comandante do batalhão, coronel Marcelo Araújo, devido ao horário de acionamento, a equipe só foi deslocada para o local na quinta (22) e continua as buscas nesta sexta-feira (23). Segundo ele, a equipe faz as buscas na região com o apoio de uma voadeira.

O Corpo de Bombeiro informou ainda que, de acordo com a família, o homem fazia uso de remédio controlado. Quatro militares estão envolvidos nas buscas. Caso até sábado (24), o homem não seja encontrado, as buscas devem ser suspensas e a equipe retornará para o município de Cruzeiro do Sul.

“Eles não podem ficar indefinidamente fazendo buscas de desaparecidos. Nesse caso, não temos muitas informações, pois não sabemos se ele realmente se afogou ou se perdeu na floresta , então, fica algo totalmente indefinido e vago. A família fez a observação que ele usava remédio controlado. A equipe fará o possível para localizar esse cidadão”, esclarece.

Foto: Vanísia Nery.

Fonte: G1.

Postador: Laísa Praxedes.

Assentados gaúchos fornecem alimentos para grupo hospitalar

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.01.2015



Produtos orgânicos e higienizados são utilizados para o preparo de mais de 20 mil refeições diárias
Divulgação/MDA

Durante três dias da semana, a rotina na Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária (Coperav), é a mesma: por volta de cinco horas da manhã, um caminhão de uma cooperativa parceira sai carregado com alface, couve verde e mandioca/aipim destinados a quatro hospitais de Porto Alegre.

Os produtos, orgânicos e higienizados, são utilizados para o preparo de mais de 20 mil refeições diárias para funcionários e pacientes de quatro unidades do Grupo Hospitalar Conceição (GHC): o Hospital Conceição, o Hospital da Criança Conceição, o Hospital Cristo Redentor e o Hospital Fêmina.

As primeiras entregas foram realizadas nesta semana, em razão de contratação por meio de chamada pública realizada pelo GHC na modalidade Compras Institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Instituída em 2012 (decreto 7.775, alterado pelo 8.026/2013), esta linha de ação do PAA prevê compra voltada para o atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Abastecimento

Os produtos serão entregues no decorrer de 2015 e a Coperav receberá R\$ 212 mil pelo fornecimento. O agricultor Huli Zang ressalta a importância do contrato.

“Em primeiro lugar, é uma conquista política, de um espaço que antes era só dos grandes fornecedores. É também uma conquista de mercado. Possibilita que a gente complete o ciclo de produção, beneficiamento e comercialização. Por fim, tem a vantagem do período, são 12 meses de fornecimento. O que nos ajuda a organizar melhor a produção”, afirma.

Envolvidos

Da produção nas hortas ao beneficiamento, o PAA/GHC mobiliza cerca de 30 famílias das 130 associadas à Coperav. Conforme o agricultor José Luís Rodrigues, os produtos saem das hortas na véspera da entrega, já higienizados na Unidade de Beneficiamento de Vegetais do assentamento.

CONT.



“Saem prontos para o consumo”, explica. A Unidade entrou em operação no ano passado e conta com recursos do programa de agroindustrialização do Incra, como o Terra Sol.

Logística

O transporte é feito de maneira colaborativa, com veículo da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Comafitt), que também entrega produtos para o GHC. Desta forma, a logística é otimizada.

Pioneirismo

A experiência do GHC com a modalidade Compras Institucionais do PAA é pioneira no País e tem servido de modelo para outros órgãos governamentais. Em 2012, o Grupo já estudava alternativas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e chegou a manter um contrato de 6 meses para fornecimento de arroz, feijão e leite, por meio de dispensa de licitação em 2013.

“Em maio de 2014, institucionalizamos a modalidade”, conta o coordenador da Compras Institucionais/PAA no GHC, Richard Silva Gomes. Atualmente, o GHC aplica R\$ 4 milhões na aquisição de alimentos via PAA, realizando chamadas públicas para contratar os fornecedores. Além da economia, a medida tem outras vantagens.

“Não estamos comprando apenas pelo preço final ser de 15 a 20% menor. O gasto público deve servir para fortalecer o desenvolvimento local e a renda das famílias de agricultores. Além disso, como órgão de saúde, a questão da qualidade do produto é fundamental. Valorizamos a produção orgânica”, explica Gomes.

Vantagem

Outro ganho do processo é o diálogo permanente com cooperativas e produtores, possibilitando colaborações e o trabalho em rede. O GHC mantém contato com produtores familiares, assentados e quilombolas. O grupo já prepara nova chamada pública para este semestre, desta vez para aquisição de produtos in natura.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mostra reúne acervo de quatro museus da USP

SÍTIO FAROL COMUNITÁRIO, 23.01.2015



Plumaria e fibra vegetal
Máscara Grande, Tapirape - é uma das peças expostas

O Museu de Zoologia, o Museu Paulista, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP inauguram a mostra "Olhares Cruzados nos Museus da USP".

Sob o tema Identidades Diversas, a exposição integra a programação dos 80 anos da USP.

No dia 22 de janeiro, aconteceu a abertura para convidados. O público em geral poderá visitar a exposição de 23 de janeiro até 14 de junho.

Com o patrocínio do Banco Bradesco e apoio do Programa de Educação Continuada (Pece) da Escola Politécnica (Poli) da USP, estarão reunidas na sede do MAC Ibirapuera pinturas, esculturas e objetos coletados que propiciam a compreensão da formação da cultura brasileira e, ao mesmo tempo, a observação dos primeiros indícios de vida em nosso planeta.

"O título da mostra corresponde à forma como trabalhamos nesse projeto", explica a professora Heloisa Barbuy, coordenadora da programação dos 80 anos da USP e curadora do Museu Paulista. "Cada um dos museus buscou uma sintonia entre todos e essas conexões poderão ser facilmente percebidas pelo visitante na própria exposição. Representações de seres humanos e animais estarão presentes como formas de estabelecer identidades, e a partir daí há vários caminhos possíveis."

CONT.



Heloisa, que também representa o Museu Paulista na curadoria da mostra, explica que selecionou retratos do século 19 como a imagem de D. Pedro I, pintada em óleo sobre tela, de Benedito Calixto, e Francisca Miquelina de Souza Queiroz, de autoria desconhecida, procurando estabelecer um diálogo com uma série de retratos modernos e contemporâneos como o Perfil de Zulmira, óleo sobre tela de Lasar Segall, ou Mulher na Poltrona, litografia sobre papel de Pablo Picasso (ambos do MAC).

O MAC traz as caricaturas e ilustrações de Emiliano Di Cavalcanti que marcaram o Modernismo, a poética das aquarelas de Yolanda Mohalyi e as fotos de Alice Brill, que resgata cenas como a do carnaval em Salvador na década de 1950. E o Museu Paulista apresenta, entre as diversas peças, o vaso e ânfora com mistura das águas dos rios Javari e Capiberibe, de Elio Di Giusto, a coleção de moedas desde D. João V, a importância das gravatas ao longo dos séculos e também objetos que marcaram o cotidiano, como as bonecas e conjuntos de peças de porcelana.

Preservação

As 200 peças que o Museu de Zoologia selecionou dão um novo tom à mostra, trazendo para o espaço a trajetória do homem, as mudanças na natureza e nas formas de vida e seus efeitos no planeta. "Fizemos a seleção do acervo com o intuito de mostrar o papel que as coleções biológicas representam no estudo da biodiversidade", observa a professora e curadora Maria Isabel Landim. "Além disso, mostramos como a nossa relação com a biodiversidade mudou, e abordamos, na fronteira da biologia, uma interface com as ciências humanas sobre a relação dos seres humanos com a natureza."

Na mostra, o Museu de Zoologia, que reúne uma das maiores coleções de animais brasileiros do mundo, com cerca de 11 milhões de exemplares, traz a importância de suas pesquisas. Histórias como a do peixe que recebeu o nome de "Macunaíma: herói sem nenhum caráter" serão levadas para a mostra. "Em 2003, a National Science Foundation dos Estados Unidos financiou um ambicioso projeto para aumentar o conhecimento sobre os bagres do mundo", conta Isabel. "Esse foi o primeiro descrito pela equipe do laboratório de Ictiologia depois de uma expedição ao rio Araguaia e tornou-se nosso herói. Em geral, espécies são descritas por possuírem algum caráter exclusivo. Esta apresenta apenas uma combinação única de caracteres. Daí ter recebido o nome Ituglanis macunaima: herói sem nenhum caráter."

Raízes

A história da cultura indígena do Brasil e de outras áreas americanas, as manifestações das culturas africanas e afro-brasileiras, as heranças da antiguidade grega e romana e as sociedades do Oriente Médio compõem o acervo do MAE. Para a mostra "Olhares Cruzados", os curadores Camilo de Mello Vasconcellos, Marisa Coutinho Afonso e Carla Gibertoni Carneiro escolheram 35 peças significativas para pontuar as raízes da nossa cultura. "A discussão sobre

CONT.



identidade cultural é baseada no acervo que representa diferentes grupos humanos no tempo e no espaço, revelando as histórias, mudanças culturais e ambientais”, explica a professora Marisa.

“Apesar das diferentes áreas de conhecimento em que atuam os quatro museus, a seleção das peças permite a apresentação das maneiras como as pessoas se representam em várias culturas, a sua utilização em atividades cotidianas ou cerimoniais e uma discussão sobre a sociodiversidade e a biodiversidade”, finaliza a professora Marisa.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) Ibirapuera fica na avenida Pedro Álvares Cabral, 1.301. A exposição pode ser visitada às terças-feiras, das 10 às 21 horas; e de quarta a domingo, das 10 às 18 horas. A entrada é gratuita. Mais informações no site do Museu

Leila Kiyomura / Jornal da USP.



Defensoria vai garantir direitos

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 23.01.2015

RODIVALDO RIBEIRO
Da Reportagem

Maior grupo recente de imigrantes em Cuiabá -- eles já estão por volta dos quatro mil, de acordo com estimativas não oficiais --, os haitianos passarão a ter seus direitos mais elementares resguardados pela Defensoria Pública de Mato Grosso por meio de uma associação recém criada e que será coordenada pelo defensor público Roberto Tadeu Vaz Curvo.

A assessoria jurídica da nova associação ficará sob responsabilidade da Coordenadoria de Direitos Humanos da defensoria, também chefiada por Vaz Curvo. Foi o grupo que procurou o defensor quem divulgou que cerca de quatro mil deles estão residindo por aqui.

O estatuto da associação prevê que os haitianos tenham a perspectiva do direito à saúde, educação, moradia, alimentação e lazer. Inicialmente, deve contar com pelo menos metade da população estrangeira da ex-colônia francesa: dois mil associados.

"Todo agrupamento de pessoas em condição de vulnerabilidade é de grande importância, pois passa a ter mais condições de reivindicar interesses não apenas do ponto de vista dos direitos, mas também cultural", destacou Vaz Curvo.

TERRA INDÍGENA - Recentemente o mesmo defensor criou a Associação Kiedu Kuri, na Terra Indígena Jarudóri, em Poxoréu, lar de cerca de 60 indígenas. O auxílio jurídico foi prestado após convite do Conselho Indigenista Missionário, para que a associação otimize a captação de recursos a serem utilizados de forma coletiva nas áreas de saúde e educação, além da manutenção de veículos e deslocamentos para Poxoréu. (Com Assessoria da Defensoria).



Município de Roraima co-oficializa línguas indígenas Macuxi e Wapixana
SÍTIO CEDEFES, 23.01.2015

Bonfim é o terceiro município brasileiro a tornar línguas indígenas co-oficiais

A partir deste ano, a população do município de Bonfim, em Roraima, passa a contar com duas línguas, além do Português. Isso porque foi aprovada, no fim de 2014, uma lei que torna a Macuxi e a Wapixana línguas co-oficiais no município.

A proposta vinha sendo discutida, desde 2012, com lideranças das comunidades e professores de línguas indígenas que atuam na região. O diálogo com a Câmara de Vereadores se deu por meio do Instituto Insikiran, vinculado à Universidade Federal de Roraima.

O indígena Júlio Macuxi resalta a importância desse reconhecimento no município. A professora do instituto, Ananda Machado, afirma que a busca pelo reconhecimento das línguas indígenas acontece quando a comunidade passa por algum tipo de problema.

Pela lei, a Prefeitura, em parceria com as organizações indígenas e instituições federais de ensino superior, tem até cinco anos para contratar tradutores e intérpretes indígenas. Além disso, deve traduzir placas de sinalização, oferecer atendimento à população nas duas línguas, traduzir as leis municipais e financiar a publicação de livros, nas línguas Macuxi e Wapixana, que serão usados nas escolas públicas do município.

Bonfim, com 11 mil habitantes e 40% da população indígena, é o terceiro município brasileiro a tornar línguas indígenas co-oficiais. Também na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foram co-oficializadas as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa. No Mato Grosso do Sul, na cidade de Tacuru, o Guaraní foi reconhecido como a segunda língua oficial.

Informações do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, apontam que o Brasil corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas. Atualmente, os índios brasileiros falam entre 150 e 200 línguas. Devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas.

Fonte: EBC.



Querem matar o restante do povo indígena brasileiro, por Jacques Távora Alfonsin
SÍTIO CEDEFES, 23.01.2015

"Foi preciso um índio ser eleito presidente da república num país sul-americano, como Evo Morales na Bolívia, para a população branca de outros países, como o Brasil, não continuar convencida que a terra desse continente só pode ser considerada e explorada como mercadoria", escreve Jacques Távora Alfonsin, advogado do MST, em artigo

Um dos principais argumentos da oposição à reforma agrária no Brasil lembra repetidamente a extensão territorial do nosso país, como prova da desnecessidade de partilhar a terra já sujeita à propriedade privada. Esse argumento desaparece quando o interesse latifundiário por ampliar os seus domínios entra em questão. Para os proprietários das maiores extensões de terra do Brasil o país continua muito pequeno.

Por meio de um projeto de emenda constitucional (PEC 215), a sua representação no Congresso Nacional vem procurando modificar a Constituição em mais de uma das suas disposições. Assim, a emenda acrescenta ao artigo 49 um inciso, de número 18 e, no artigo 231 ela modifica o parágrafo 4º, acrescentando um parágrafo 8º aos demais, ficando a redação de ambos como segue:

Art. 49. É de competência exclusiva do Congresso Nacional:...18 – aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;

Art. 231. § 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei.

Se a possibilidade de o Poder Legislativo poder demarcar terra indígena já não fosse absurda, a redação do projeto ainda acrescenta a de ele poder ratificar aquelas cuja demarcação já foi homologada. As inconstitucionalidades manifestas dessa iniciativa parlamentar provam, mais uma vez, até onde vai a representação ruralista do Congresso brasileiro, na tentativa de fazer passar por lei o que não passa de uma invasão e de um esbulho criminosos praticados no território do país contra o povo indígena, como se esse já não tivesse sofrido dizimação bastante, desde séculos, pela mão do branco colonizador.

Se uma tal emenda, então, para infelicidade do povo indígena, for introduzida no texto constitucional, o Legislativo invade e esbulha também o Poder Executivo, pois, para garantir os interesses dos grandes proprietários de terra, vai mandar e desmandar na implementação das

CONT.



políticas públicas relacionadas com a terra das/os índias, não para protegê-las/os, evidentemente, mas sim para acentuar o confinamento daquelas gentes originárias e tradicionais desse chão, que o Brasil ainda não conseguiu matar.

Roberto Antonio Liebgott, representante do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), no Rio Grande do Sul, publicou um resumido estudo sobre essa PEC 215, no qual, além de apontar as principais fases de tramitação legislativa dessa emenda, sob forte protesto do povo indígena e entidades da sociedade civil contrárias ao seu texto, denuncia os vícios de inconstitucionalidade da sua redação como a de ferir cláusula constitucional pétrea relativa à divisão dos Poderes Públicos (artigo 60 e seus parágrafos da nossa Constituição), ignorar a competência legal e administrativa da Funai, referindo até um acórdão do próprio Supremo Tribunal Federal que, julgando uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN 4.102), ainda em 2010, deixou muito claro o seguinte:

“As restrições impostas ao exercício de competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, entre elas a fixação de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes”

E a isso ainda seria possível acrescentar o seguinte: reservando-se o poder de aprovar, com exclusividade, onde está implícito o de reprovar, demarcação das terras indígenas, e o de ratificar, onde está implícito o de negar ratificação às demarcações já homologadas, o Poder Legislativo fica autorizado, também, nessa última hipótese, a desrespeitar o próprio direito adquirido do povo possuidor de aldeias indígenas com demarcação de terra já homologada.

Uma arbitrariedade desse grau de despropósito, típica da representação latifundiária no Congresso brasileiro, não há de ficar constrangida com a comparação que se faça da sua iniciativa com o texto da Constituição boliviana, sobre matéria idêntica, em tudo e por tudo diferente da nossa.

Foi preciso um índio ser eleito presidente da república num país sul-americano, como Evo Morales na Bolívia, para a população branca de outros países, como o Brasil, não continuar convencida que a terra desse continente só pode ser considerada e explorada como mercadoria. Ela é possuída por um número muito grande de gente pluriétnica, pluricultural, plurinacional, comportando, por isso mesmo, um pluralismo jurídico de tratamento, marcado pelo respeito à vida da terra e à vida do povo que graças à ela vive.

É verdade que a Bolívia tem uma população indígena muito maior do que a nossa, mas não é menos verdade que a maioria do povo brasileiro nem branca é, somente se explicando um ordenamento jurídico eurocêntrico típico desta etnia, como o nosso, por uma fidelidade histórica ao modelo jurídico da legislação colonizadora do passado, que até hoje não arranca as suas raízes daqui.

A começar pelo fato de a Constituição da Bolívia ter sido aprovada por um referendo popular, ter estabelecido um módulo máximo de extensão da terra rural (5.000 hectares), ter garantido

CONT.



autonomia política para os povos de diferentes etnias lá situados, a ponto de autorizá-los a criar seus próprios tribunais, ter previsto formas as mais abrangentes de democracia participativa e proteção da natureza, nisso tudo ela é tão superior à nossa, com o devido respeito às opiniões em contrário, que uma PEC semelhante a 215, lá, nem conseguiria iniciar a sua tramitação legislativa.

Em vez de ameaçar o povo indígena do nosso país com essa nova proposta de emenda constitucional, aumentando o poder da chamada república dos ruralistas, “que não nos alimentam nem nos representam”, como se lê na internet, deveria diminuir um pouco o peso da sua consciência pelo mal que já fez à terra, ao povo sem-terra e às/os índios do Brasil, não se metendo onde a própria Constituição Federal, felizmente, nem lhe permite se meter.

Fonte: IHU On-Line.



MPF em Santa Rosa cobra paralisação dos projetos de implementação da usina hidrelétrica Panambi

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2015

Além da área atingida ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não pode sofrer qualquer alteração e intervenção humana, o Parque Estadual do Turvo é tutelado pelo regime jurídico de tombamento



Por MPF RS

O Ministério Público Federal (MPF) em Santa Rosa, em conjunto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, ajuizou ação civil pública (ACP) ambiental, com pedido de liminar, contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás – exigindo a imediata paralisação do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica binacional (Tratado Internacional entre Brasil e Argentina, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 82, de 1982), cuja cota de inundação prevista (130 metros) implicará o comprometimento de zona intangível do Parque Estadual do Turvo, Unidade de Conservação de Proteção Integral.

CONT.



Além de ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não pode sofrer qualquer alteração e intervenção humana, o Parque Estadual do Turvo é tutelado pelo regime jurídico de tombamento, o que o caracteriza como bem cultural e socioambiental do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.213/78).

“O empreendimento causará danos irreversíveis à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em Área Prioritária para a Conservação, além de provocar danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico e à biodiversidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, pois há espécies ameaçadas de extinção, como os peixes dourado e surubim, que não poderão se reproduzir nos reservatórios” acrescentou a procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt, autora da ação.

A construção da usina hidrelétrica atingirá 11 cidades riograndenses que estão localizadas às margens do Rio Uruguai: Alecrim, Doutor Maurício Cardoso, Novo Machado, Porto Mauá, Santo Cristo, Tucunduva, Tuparendi, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul, comprometendo a subsistência de comunidades ribeirinhas da região.

MPF contesta Funai e insiste na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos Munduruku

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2015

Fundação prejudica os índios Munduruku ao tentar evitar a publicação do relatório de identificação do território que está concluído desde 2013



MPF PA

O Ministério Público Federal apresentou contestação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, para que a Fundação Nacional do Índio seja obrigada a dar prosseguimento ao processo de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios Munduruku, em Itaituba, oeste do Pará. O território será alagado em caso de construção da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós e o reconhecimento dele é crucial para que os direitos dos índios sejam reconhecidos no licenciamento da barragem.

O MPF havia obtido, na Justiça Federal de Itaituba, uma liminar obrigando a Funai a dar prosseguimento à demarcação, mas o TRF1 concedeu efeito suspensivo (uma suspensão temporária até o julgamento dos recursos), paralisando novamente o procedimento, que já ultrapassou a fase mais custosa, que é o trabalho de identificação e delimitação. A próxima etapa deveria ser a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), um passo procedimental sem custos significativos para o governo.

Mesmo assim, a Funai alegou, para pedir a suspensão, que não poderia prosseguir a

CONT.



demarcação por questões de planejamento e custos. Para o MPF, o argumento não se sustenta. "Ao contrário, economia maior se realizaria se houvesse a efetiva assinatura e publicação do RCID. Afinal, grandes gastos de recursos públicos já ocorreram na contratação e manutenção dos trabalhos do Grupo Técnico (que fez os levantamentos de campo que resultaram no relatório). Publicar o resultado deste trabalho não implica gasto público. Em outras palavras, não publicar o RCID representa elevados gastos públicos", diz o recurso assinado pelos procuradores Janaina Souza e Camões Boaventura.

A paralisação da demarcação agrava os conflitos já existentes na terra indígena, como invasões de madeireiros e garimpeiros. Outra preocupação é que a Sawré Muybu está no caminho dos projetos de aproveitamento hidrelétrico na região. A terra onde vivem os índios será alagada se o governo federal construir a usina de São Luiz do Tapajós. Sem a delimitação do território, os Munduruku podem ter seus direitos ignorados no processo de licenciamento e até serem vítimas de remoção forçada, o que é vedado pela Constituição brasileira.

O MPF menciona na contestação, que a ex-presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, em reunião com os índios Munduruku em Brasília no dia 17 de setembro de 2014, admitiu que a publicação do RCID já deveria ter sido feita mas não o foi por interferência de setores do governo interessados na usina hidrelétrica. A reunião foi gravada e a transcrição, enviada ao Tribunal, registra: "Eu acho que essa terra indígena já deveria estar demarcada, já deveria ter sido o relatório publicado, mas que isso não depende da vontade de uma só pessoa, de um só órgão. Isso é um conjunto de fatores que define essas questões, que não sou só eu que posso ditar quais são os interesses prioritários do governo". Logo depois, Maria Augusta deixou o cargo.

[Íntegra da contestação](#)

Processo no TRF1 0064080-17.2014.4.01.0000/PA

Processo na Vara Federal de Itaituba 1258-05.2014.4.01.3908

Ministério Público Federal no Pará.
Assessoria de Comunicação.



No PA, mutirão da Defensoria atende a moradores atingidos por Belo Monte

SÍTIO GLOBO.COM, 23.01.2015

*Defensores irão verificar casos de reassentamento e auxiliar nas negociações
Cerca de 9 mil famílias serão impactadas pelas obras da hidrelétrica.*

A Defensoria Pública da União (DPU) realiza até o próximo dia 12 de fevereiro em Altamira, no sudoeste do Pará, um mutirão que irá atender a população urbana que será atingida pelas obras da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no município vizinho de Vitória do Xingu.

Os defensores irão analisar os casos, verificar o reassentamento das famílias e prestar assessoria jurídica nas negociações com a Norte Energia. Segundo a DPU, cerca de nove mil famílias, 600 delas indígenas, serão impactadas com o alagamento da área e o deslocamento compulsório promovido para instalação do reservatório de água da usina.

A ação foi solicitada durante uma audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) no município no ano passado. Uma câmara de conciliação para discutir o deslocamento compulsório dos atingidos foi criada em decorrência da audiência. Na última reunião, o MPF comunicou que abriu um procedimento investigativo sobre a situação de ribeirinhos, pescadores e indígenas que usam moradias sazonais na periferia de Altamira, mas que não estariam sendo contemplados pelo reassentamento.

Índios e ribeirinhos chegaram a bloquear dois trechos da rodovia Transamazônica por quatro dias no início do mês reivindicando a agilidade no cumprimento do Plano Básico Ambiental, que envolve um conjunto de condições que devem ser cumpridas pela Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, como contrapartida para a comunidade afetada pela obra.



Seduc promove seminário para discutir novos rumos da Educação do Campo

SÍTIO SURGIU.COM, 23.01.2015

Para discutir as novas diretrizes de trabalho da Educação do Campo para os próximos anos, será realizado nesta segunda-feira, dia 26, a partir das 8 horas, na Sala de Reunião da Secretaria da Educação, o I Seminário de Educação do Campo.

Dentre os assuntos que serão abordados estão os princípios e a história das lutas para se formar uma educação do campo que atenda os moradores dos assentamentos, os pescadores, os ribeirinhos e as crianças, jovens e adultos que residem na zona rural.

Um dos palestrantes do seminário será Cirineu da Rocha, da Via Campesina, que abordará a luta por uma educação do campo de qualidade, os princípios e as principais propostas para o Brasil e para o Tocantins. "Trabalhando juntos, movimentos sociais e a Secretaria da Educação, a educação do campo poderá avançar nos vários segmentos, tanto na implementação das escolas, como na qualidade do ensino ofertado a alunos da educação infantil, ensino fundamental, médio, graduação e especialização para o setor", explicou Cirineu.

Atualmente no Tocantins, há 44 escolas estaduais que funcionam na zona rural. Durante o seminário, será apresentado o diagnóstico das escolas agrícolas de Esperantina, de Riachinho, de Novo Acordo, de São Salvador e de Porto Nacional.

Fonte: Josélia de Lima.

Postador: Samuel Charles.



Regras eleitorais e intermediação de conflitos por terras indígenas e quilombolas são destaques da SGCS

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 23.01.2015

AGU

A elaboração da Cartilha de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos durante o período eleitoral e a intermediação de conflitos fundiários envolvendo a demarcação de terras indígenas e titulação de áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombolas foram as atuações de maior destaque da Secretária-Geral de Consultoria (SGCS) da Advocacia-Geral da União (AGU) em 2014. O setor produziu, ainda, 635 pareceres e 142 notas jurídicas sobre os temas de sua competência em 2014.

Com objetivo de esclarecer as principais dúvidas dos agentes públicos sobre as proibições estabelecidas pela Lei Eleitoral durante o período de campanha, a SGCS, em parceria com outras instituições, elaborou uma cartilha específica sobre o tema. Além da publicação, a Secretária-Geral também realizou 12 palestras sobre o assunto para dirigentes e assessores de comunicação de órgãos federais.

Na avaliação do Secretário-Geral de Consultoria, Fernando Luiz Albuquerque Faria, durante todas as atividades, a meta foi sempre cumprir um dos principais objetivos da AGU. "Nós buscamos efetivamente cumprir, neste ano, a grande finalidade da Advocacia-Geral da União que é orientar e oferecer segurança jurídica ao Estado brasileiro na sua atuação", afirmou.

Já com relação aos conflitos fundiários envolvendo comunidades indígenas e quilombolas, a Secretaria-Geral de Consultoria atuou na intermediação das conciliações para acabar com a disputa pelas terras por meio do acordo.

No Legislativo, a SGCS contribuiu com as discussões sobre a aprovação do Novo Código Civil, alteração da Lei Orgânica da AGU, transposição do regime jurídico dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional abrangidos pela Lei nº 8.878/1994, demarcações das reservas indígenas no Brasil e terrenos de marinha.

Outro destaque de 2014 foi a participação na implementação da previdência complementar dos servidores públicos federais, colaborando com os debates acerca da criação de fundação destinada a administrar as contribuições dos servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário, a Funpresp. Além disso, a unidade atuou diretamente no tema na condição de membro do Conselho Deliberativo e na coordenação da análise jurídica de processos judiciais e de eventuais passivos da União relacionados a entidades de previdência complementar.

Entre as atividades desenvolvidas em 2014 estão, ainda, a coordenação e consolidação das

CONT.



informações para a produção da Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 2015 e a atuação na Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância de análise de pedidos de informações feitos pela Lei de Acesso à Informação.

Na área ambiental, o órgão também contribuiu com o aprimoramento das normas de regulamentação do licenciamento ambiental e a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Cultural Palmares.

Fernando Albuquerque ressaltou que em 2015, "a meta é aprimorar o diálogo e continuar atuando na mediação de conflitos fundiários de terras indígenas e quilombolas e promover uma interlocução mais célere entre os órgãos da AGU e as demais entidades do Poder Executivo", destacou.

A Secretaria-Geral de Consultoria da AGU é órgão responsável por supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à AGU e demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Cabe ao Secretário-Geral de Consultoria substituir o Advogado-Geral em casos de ausências. A SGCS, presta serviços de assessoramento ao ministro da AGU e à Secretaria-Geral de Administração (SGA) com relação à análise jurídica das licitações, contratos e demais atos administrativos da AGU.



Lideranças indígenas destacam estreitamento de relações com governo

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 23.01.2015

Da Reportagem

Lideranças das etnias Xavante, Kayapó, Pareci e Mutina se reuniram nesta terça-feira (20.01) com o governador Pedro Taques, no Palácio Paiaguás, e apresentaram quatro demandas emergenciais ligadas, principalmente, à infraestrutura. Um cronograma de reuniões individuais com cada etnia foi proposto pelo governador, para receber as solicitações específicas de cada grupo. Os líderes destacaram a importância desse estreitamento na relação entre poder executivo e a comunidade indígena, ainda mais no início de gestão.

Representando toda a comunidade indígena do estado, o cacique Raoni Metuktire demandou a recuperação da rodovia MT-322 – antiga BR-080 – que atravessa o Parque Nacional do Xingu e faz a ligação das rodovias federais 158 e 163. O pedido também compreende a doação de nova balsa para a travessia do Rio Xingu, no ponto em que o rio corta a estrada.

Como o pedido da balsa já tinha sido feito em abril de 2013, Taques afirmou que vai levantar em que fase está essa solicitação, o que está pendente nesse processo, para então dar uma resposta concreta às lideranças. Já a demanda pela recuperação da estrada será encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). “Vamos pedir para o secretário receber a comunidade lá na secretaria”, determinou o chefe do executivo.

Os líderes debateram ainda a indicação de um representante indígena para compor a Superintendência de Assuntos Indígenas, ligada à Casa Civil. Durante a reunião ficou acordado que, à medida que o governador se reunir individualmente com cada etnia, será indicado um nome por grupo e, ao final, será escolhido um representante único para toda comunidade. A preocupação no chefe do executivo é chegar a um nome que seja consenso entre os povos.

Por fim, Raoni pediu apoio do Governo do Estado para as demarcações de terras indígenas. De acordo com o governador, na segunda-feira (19.01) foi solicitado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) que encaminhe um ofício ao Ministério da Justiça para que o Estado possa saber “todas as formas de demarcação que existem em Mato Grosso para que tenhamos esse quadro e possamos trabalhar cada um dos casos”, informou Taques. (Caroline Lanhi/Secom-MT)

Condenado por atear fogo e matar índio é aprovado em concurso da polícia no DF
SÍTIO TN ONLINE, 23.01.2015

Gutemberg Nader Almeida esteve envolvido no incêndio a um índio Pataxó em 1997



Gutemberg Nader Almeida Junior foi condenado por ter participado do incêndio a um Índio Pataxó, no dia 20 de abril de 1997 - Foto: Divulgação

Com informações do R7, em Tribuna do Norte

Envolvido em um crime de grande repercussão, Gutemberg Nader Almeida Junior foi condenado por ter participado do incêndio a um Índio Pataxó, no dia 20 de abril de 1997, na época, Gutemberg tinha 17 anos.

Ele e mais quatro amigos atacaram o índio que dormia em um ponto de ônibus, no centro de Brasília.

O homem, que perdeu a condução quando voltava para casa, depois de uma comemoração ao Dia do Índio, teve 95% do corpo queimado e morreu. 17 anos se passaram desde o crime que chocou o País e Gutemberg, agora com 34 anos, foi aprovado em um concurso para agente da Polícia Civil do Distrito Federal.

O Tribunal de Justiça de Brasília concedeu uma liminar que garante ao candidato o ingresso na corporação. O caso gerou repercussão.

Confira matéria completa [AQUI](#).



Biblioteca Francisco Meirelles inaugura painel sobre o homem amazônico
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 23.01.2015

A Biblioteca Municipal Francisco Meirelles está inaugurando um novo painel. Jorge William, artista plástico de Brasília, morador há quatro anos de Porto Velho, foi convidado a pintar na parede da Sala de Literatura Regional um grande mural que retrata o homem amazônico e sua relação de harmonia com a floresta.

Jorge William é promotor de festas infantis e tem trabalhado como desenhista e construtor de painéis e alegorias para a Quadrilha Radio Farol e as escolas de samba Diplomatas e Armário Grande. "Meu estilo de trabalho é bastante variado, pois fui agregando muitas experiências ao longo do meu trabalho. No momento estou muito voltado à confecção de murais, por conta dos exemplos do Eduardo Cobra, muralista paulista que tem se destacado com seus trabalhos em grafite. Quero fazer em Porto Velho algo similar ao que ele produz em São Paulo", disse o pintor.

O mural foi confeccionado entre sábado e domingo passados e inaugurado esta semana. "O painel contempla não apenas a paisagem amazônica e a abundância das águas, mas demonstra também a importância do homem nesse espaço. No dia 19 de janeiro é comemorada a data de falecimento do Marechal Cândido Rondon, indigenista que contribuiu muito para a valorização dos indígenas no Brasil. Fizemos questão de que a inauguração deste painel coincidissem com essa data importante", expressou Lucileyde Feitosa, administradora da Biblioteca.

Jorge William está atualmente empenhado num projeto que está sendo encaminhado às secretarias de educação do Estado e do Município. "Penso em confeccionar murais para cada patrono ou personagem histórico aos quais as escolas da região estejam ligadas. Também gostaria de pintar as paredes do Estádio Aloísio Ferreira retratando pontos relevantes da história da cidade", afirmou.

A Biblioteca Municipal está se tornando um grande espaço para as artes plásticas da região. Além das telas, grandes painéis passam a recobrir as paredes. "Para os próximos painéis, pensamos em homenagear mais o homem amazônico, especialmente os indígenas e os quilombolas, importantes grupos humanos ligados à história da região e seres integrados com a floresta", informou a administradora da Biblioteca Francisco Meirelles.



Projeto São Francisco construirá casas para 98 famílias quilombolas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.01.2015

Ação promovida pelo Ministério da Integração será responsável pela substituição de casas em três cidades no sertão de Pernambuco

As casas de taipa de 98 famílias quilombolas de Pernambuco serão substituídas por construções de alvenaria nos municípios de Cabrobó, Carnaubeira da Penha e Mirandiba, no sertão do estado.

A ação é promovida por meio de parceria entre o Ministério da Integração Nacional (MI) - que gerencia o Projeto de Integração do Rio São Francisco - e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os contratos foram assinados na última semana, em Recife (PE).

As famílias quilombolas beneficiadas residem na região de abrangência dos canais do Eixo Norte e do Eixo Leste da maior obra de infraestrutura hídrica do País.

A expectativa é que as novas moradias, cuja entrega está prevista para 2016, contribuam com as condições de saúde dessas populações tradicionais, especialmente no que diz respeito à redução da incidência da doença de Chagas - casas de taipa favorecem a proliferação do barbeiro transmissor da enfermidade.

As obras custarão R\$ 2,8 milhões e serão executadas pelas empresas RM e Evidência. A parceria para a execução dos Programas Básicos Ambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco já garantiu a entrega de 588 casas.

Projeto São Francisco

Orçado em R\$ 8,2 bilhões, o Projeto de Integração do Rio São Francisco prevê recursos de quase R\$ 1 bilhão (quase 12% do total) para programas básicos ambientais, em conformidade com as condicionantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Trata-se do mais significativo volume de investimentos nas questões socioambientais e arqueológicas do semiárido setentrional.

O projeto é a mais relevante iniciativa do governo federal por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo é garantir a segurança hídrica para 390 municípios no Nordeste Setentrional, que abrigam mais de 12 milhões de pessoas e onde a estiagem ocorre frequentemente.

Fonte: Ministério da Integração Nacional.